

Imagens e realidades na economia

Jayme Magrassi de Sá

DESDE os clássicos, as tendências do pensamento acadêmico passaram a refletir acentuada ansiedade ante as dificuldades acusadas pela economia. A ótica keynesiana trouxe uma espécie de desafio ao acenar com procedimentos ordenados para enfrentar as fases de baixa na atividade econômica, contrariando o movimento ondulatório denominado de ciclos de prosperidade e depressão.

Não demorou muito, porém, a sensação de conforto, pois a realidade não tardou a revelar que a eficiência da terapêutica calçada no modelo de Keynes, se era palpável no contrarestar recessões, era débil e até inoperante no ataque às pressões inflacionárias, ataque este mais eficaz no estilo do pensamento ortodoxo. Abundante e fecunda a obra dos teóricos desde então, mas nem sempre muito criativa, a não ser no desdobrar conceitos e interpretações implícitos no conteúdo das escolas consagradas, até mesmo da marxista, que inaugurou novas concepções no analisar as relações de trabalho e produção.

Nos dias atuais, a *reaganomics* se afirmou, de modo fugaz, uma pseudo nova linha de ação (na verdade enraizada fundamentalmente num velho e combatido postulado de Say), em que a chamada economia do lado da oferta, com folga fiscal e restrição monetária, seria capaz de resolver a grave e dolorosa situação denominada comumente de estagnação. Cedo também Reagan procederia à correção de rumos, suavizando a contenção monetária e tornando ainda mais folgada a política fiscal. Em que pesem a recuperação no ritmo do **produto** e a significativa queda na taxa de inflação, o colossal déficit orçamentário dos EUA continua a alimentar fortes apreensões no mundo todo.

Como consequência das ansiedades e dos sofrimentos — não obstante o progresso contínuo que tem caracterizado a marcha da Civilização — as vinculações a esquemas teóricos em matéria de política econômica têm sofrido questionamentos, ainda que entremeados de elogios. A linha ortodoxa de Thatcher é aplaudida, ao mesmo tempo em que a não menos ortodoxa linha de Pinochet, escarmentada. O socialismo eleitoral de Mitterrand é negado pelo pragmatismo de Mauroy, com sua rígida política de austeridade, talvez mais rigorosa do que o receituário dos clássicos, enquanto o socialismo sueco volta ao poder depois que um Governo conservador, naquele País, tornou-se, aos olhos do próprio setor empresarial, mais ineficaz do que os até então considerados excessos do Governo Olof Palme.

Essas divergências, ou decepções, ou mesmo frustrações, longe de desmerecerem ou minimizarem a elaboração teórica em Economia, têm concorrido para adensar o pensamento, notando-se que as prospeções e as elucubrações acadêmicas se aproximam mais e mais da realidade estru-

tural, observando que, simultaneamente à maior interdependência entre os países, os avanços ciclóticos de ciência e tecnologia e as mudanças de valor nas relações sociais, subvertendo esquemas, modificando comportamentos e alterando padrões na combinação de fatores de produção, vão tornando o panorama global de extrema complexidade porque composto por estruturas muito heterogêneas e de grande dessemelhança entre si.

É de ver-se, como exemplos simples, o cuidado que hoje revelam os arraiais técnicos no usar a lei de Philipps, a de Lafer, a tautológica teoria quantitativa da moeda, a interpretação da teoria dos ciclos; e como se distingue agora o desemprego estrutural, função do excessivo crescimento da força-de-trabalho, do desemprego conjuntural, caracterizado pela escassez relativa de poupança. Pena não se difundiram esses progressos da análise teórica com suficiente rapidez, evitando continue a aumentar a distância entre técnica e tecnicismo. Aquela, densa e sólida, mas quase sufocada pela avalanche de exames e receituários cujos fundamentos teóricos, quando existem, se perderam numa espécie de arquivo morto da história do pensamento econômico. Ai, a confusão entre imagens e realidades é cruciante.

A atual crise que assoberba nosso País constitui razoável cenário para observação dessa algaravia. Temos, pode-se dizer, toneladas de análises retrospectivas, todas com foros de interpretação do porquê se chegou à penosa situação atual. Estamos verdadeiramente ingurgitados com tantos diagnósticos, grande parte dos quais, senão mesmo a maioria, de teimosa renitência em explicar o óbvio.

Parcimoniosos, porém, os exames prospectivos e mais escassas ainda as contribuições que buscam preceituar tratamento corretivo ou saneador não condicionado a imediatismos enganadores. E não se está descartando aqui o produto da angústia natural ao quadro que enfrentamos, fruto de compreensível ansiedade no indicar soluções aparentemente capazes de resolver os problemas nacionais num par de anos, ou menos.

ESSAS contribuições são justificáveis, e até úteis na medida que concorrem para generalizar a tomada de consciência quanto à rudeza da situação. Mas, as doutrinações tecnicistas, hoje quase consuetudinárias, impenitentes e pretensiosas, essas vão cansando, irritando e, infelizmente, tumultuando.

Limitar nossa atenção a situações de aparência conjuntural ou ao que se apresenta como o problema do momento é, tão-só, no caso brasileiro, inferir o tamanho do **iceberg** pela sua parte visível. Assim, manter subsídios sem considerar a questão da eficiência e, com ela, a da competitividade

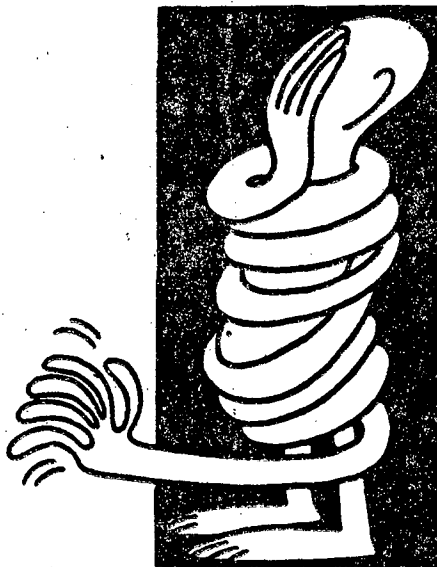
em termos reais, é atacar efeitos agravando causas.

Combater a inflação, deixando rolar tudo automaticamente sobre índices, é alimentar inconvenientemente a estrutura de preços relativos e agravar distorções no seio da economia.

Promover oferta acrescida de empregos, (sem) coartar o enorme crescimento da demanda de empregos, é alimentar a ilusão de ajustar quantidades progressivamente discrepantes.

Ativar o crescimento do produto e as modificações estruturais na economia, sem redirecionar os fluxos de poupança interna e acrescê-la com o ingresso de poupança externa, é provocar mera disputa e nocivo leilão de fatores escassos.

The New York Times



Disciplinar o estoque de moeda e alimentar a vertiginosa fluidez dos fluxos monetários, é criar figuras nominais de valor que se indispõem, sistematicamente, com o lado real da economia.

Destacar para o setor agrícola dotações crescentes de vultosos recursos financeiros, sem a evolução de técnicas de produção, de sistemas de comercialização e de distribuição física dessa produção, é subtrair renda real de produtores e consumidores.

Cuidar da política salarial, sem considerar o grau de debilidade das empresas, é aumentar a vulnerabilidade destas e dar enganadores salários nominais à custa de progressivo volume de desemprego.

Encurtar períodos de reajustamento de remunerações, sem atentar para os efeitos sobre o ritmo automático da inflação, é favorecer novos impulsos à depreciação da moeda e assegurar perda constante, e até crescente, de substância real nos rendimentos fixos.

Reduzir déficits fiscais, sem cuidar da estrutura do dispêndio público, é contun-

diminuir as pressões sobre a emissão primária de moeda mediante cortes profundos nas inversões, sem amputar os gastos com transferências destinadas a subsidiar, é prejudicar o ritmo de atividade sem atingir convenientemente as tensões inflacionárias. "Fechar" a economia e desejar acompanhar o rápido desenvolvimento de ciência e tecnologia, é assegurar, parodiando, "Cem anos de solidão", além de uma cadeia cativa no clube denominado de Terceiro Mundo.

Desenvolver o setor secundário, sem considerar a evolução das dinâmicas combinações, que se estão acelerando pelo mundo afora, nos regimes de produção, é investir poupança escassa com destino certo a ociosidade.

Promover todo um impulso na economia, implicitamente exigente em matéria de habilitação da força-de-trabalho nos seus diversos escalões, sem adequar a estrutura do ensino e da formação profissional, e sem nelas corrigir o sentido quantitativo em benefício da excelência qualitativa, é perseguir resultados intrinsecamente contaminados por amargas mazelas operacionais.

Neste gigante continental, com 130 milhões de habitantes que crescem à razão de 2,4% ao ano, acotovelando-se progressivamente em áreas urbanas; com significativo retardo em seu setor primário; com vazios geográficos imensos e sensíveis desigualdades regionais e sociais; com um sistema econômico miscigenado entre capitalismo privado e um quase capitalismo estatal; com os poderes administrativos estaduais e municipais umbelicalmente atrelados ao poder central, extremamente poderoso, mas financeiramente depauperado; com sistema viário já anacrônico em relação à evolução acusada pela economia; com 30 ou 35 milhões de indivíduos na pobreza absoluta e quase outro tanto de analfabetos; com evolução industrial orientada, ao longo do tempo, por formas e métodos que nem sempre respeitaram ou consultaram os ditames do mercado; com um fluxograma financeiro interno verdadeiramente labiríntico; com toda uma estrutura de assistência social paternalista, cujo ônus econômico é agravado pela dispersão e insubsistência dos resultados; com um endividamento externo de vulto tal que derrota qualquer possibilidade de amortização pelos sistemas usuais; com uma dívida interna que já ameaça a eficácia da política monetária; neste gigante, as posologias perfunctórias ou de inspiração mágica ou milagrosa se transformam em quase blasfêmias, quando civicamente consideradas.

Blasfêmias ainda por fazerem tábua rasa das imensas potencialidades do País, em todos os campos, e de magnitude extraordinária se levados na devida conta seus múltiplos aspectos e se conseguirmos aproveitá-las sob o signo da racionalidade e da boa condução dos negócios públicos.

Não é, portanto, sob a inspiração das imagens e com fórmulas de bolso que encontraremos os rumos certos e as aberturas apropriadas para perseguir a evolução econômica e social que devemos e podemos percorrer. E que havemos de percorrer se eliminarmos do convívio nacional o imediatismo e as prestidigitações, cruéis porque inócuas e até nocivas mas revestidas de atraentes molduras ilusionistas.

As agruras da quadra presente, que a Nação certamente superará, haverão de ter o mérito de tornar nossos pensadores mais profundos no analisar as verdades deste imenso e generoso País, não permitindo que imagens se confundam com a realidade e que o equacionamento da problemática nacional não induza a soluções muito mais calçadas naquelas do que nesta.

Da superação desta crise o Brasil colherá os benefícios de maior amadurecimento de suas elites, levando a que os traçados de política não se cinjam ao curto e até curtíssimo prazo, mas respeitem e considerem as perspectivas e os requisitos de nossa evolução a médio e longo prazos. Pois se alimentamos, atualmente, enrustida lembrança de negativos fatos pretéritos e nos revelamos sófregos por receitas miraculosas para obviar o presente, pouco ou nada se registra que ultrapasse os limites de um exercício. Dir-se-ia que o País é um fato entre o passado recente e o presente imediato, e não uma Nação cuja História tem 500 anos; e seu futuro algo que não pode ser projetado ou inferido com base em episódios ou em momentos de adversidade.

TALVEZ mais do que qualquer coisa, a economia nacional e seus problemas estão exigindo posicionamento diferente por parte das lideranças nos diversos segmentos sociais. Particularmente dos técnicos, dos empresários e dos políticos. Dos técnicos, em função das falhas registradas e, bem assim, de se verem sob o látego da alcunha pejorativa de **tecnocratas insensíveis e bitolados**; dos empresários, dada a vulnerabilidade que ostenta grande parcela das empresas nacionais e os perigos que rondam a livre iniciativa e o capitalismo privado. Dos políticos, por estarem invocando decisiva participação nas formulações e na execução das medidas oficiais de cunho sócio-econômico, algo que lhes passará a pesar muito sobre os ombros.

Pois a abertura democrática, de imensas virtudes, trouxe enorme responsabilidade a todos e a cada um, e da qual ninguém poderá escapar aos olhos da opinião pública, que, felizmente, se vai esclarecendo a cada dia que passa.

Jayme Magrassi de Sá é economista, professor e jornalista.